Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstração do resultado **7**

Demonstração do resultado abrangente **8**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstração dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **11**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Sertãozinho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) , emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

DocuSigned by
Assinado por: GUSTAVO DE SOUZA MATTHIESEN:32100800892
CPF: 32100800892
Data/Hora da Assinatura: 5/27/2026 | 6:11:56 PM BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2.025	2.024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1	528.123	411.869
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	69.964	40.304
Contas a receber	5	-	-	62.253	55.261
Contas a receber de partes relacionadas	16	-	-	20	2
Estoques	6	-	-	9.844	16.456
Impostos a recuperar	7a	-	-	20	19
Adiantamento a fornecedores		-	-	800	1.804
Outros ativos		-	-	4.202	4.365
Despesas antecipadas		-	-	5.519	5.454
Total do ativo circulante		**1**	**1**	**680.745**	**535.534**
NÃO CIRCULANTE					
Outros ativos		-	-	1.524	289
Contas a receber de partes relacionadas	16	280.000	280.000	-	-
Impostos a recuperar	7a	-	-	25.952	10.239
Debêntures a receber	11	-	-	1.051.486	
Impostos diferidos	8	-	-	248.804	268.938
Total do realizável a longo prazo		**280.000**	**280.000**	**1.327.766**	**279.466**
Imobilizado	9	-	-	13.280	12.296
Intangível	10	-	-	2.366.803	2.358.704
Infraestrutura em andamento	10	-	-	1.188.253	383.348
Total do ativo não circulante		**-**	**-**	**3.568.336**	**2.754.348**
		280.000	**280.000**	**4.896.102**	**3.033.814**
TOTAL DO ATIVO		**280.001**	**280.001**	**5.576.847**	**3.569.348**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	-	-	130.586	50.808
Debêntures	15	-	-	162.072	678
Credor pela concessão	14	-	-	2.359	1.892
Adiantamento de clientes		-	-	5.182	5.007
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	12.893	12.292
Impostos, taxas e contribuições	7b	-	-	17.103	12.629
Outros contas a pagar		-	-	1.854	190
Contas a pagar com partes relacionadas	16	280.000	280.000	291.533	297.596
Passivo de arrendamento	18	-	-	8.288	1.064
Provisão para manutenção	17	-	-	95.012	37.677
Total do passivo circulante		**280.000**	**280.000**	**726.882**	**419.833**
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	15	-	-	4.832.810	3.045.615
Provisão para manutenção	17	-	-	89.188	217.618
Passivo de arrendamento	18	-	-	9.511	4.533
Provisão para riscos processuais	19	-	-	59.518	64.459
Provisão para perda de investimentos	11	141.064	182.711	-	-
Total do passivo não circulante		**141.064**	**182.711**	**4.991.027**	**3.332.225**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	20	955.950	955.950	955.950	955.950
Transações de capital entre sócios	20	(1.023.715)	(1.023.715)	(1.023.715)	(1.023.715)
Reserva de capital	20	197.077	197.077	197.077	197.077
Prejuízos acumulados		(270.375)	(312.022)	(270.375)	(312.022)
Total do patrimônio líquido		**(141.063)**	**(182.710)**	**(141.063)**	**(182.710)**
Total do passivo		**421.064**	**462.711**	**5.717.909**	**3.752.058**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**280.001**	**280.001**	**5.576.847**	**3.569.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R$, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	1.779.661	949.087
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	-	(1.289.935)	(501.081)
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**489.726**	**448.006**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	22	-	-	(56.412)	(74.908)
Outras despesas	22	-	-	(2.486)	(2.945)
Outras receitas operacionais líquidas		-	-	2.620	481
Resultado de equivalência patrimonial	11	41.648	13.832	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**41.648**	**13.832**	**(56.278)**	**(77.372)**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	-	-	128.272	48.101
Despesas financeiras	23	-	-	(499.938)	(390.855)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		**-**	**-**	**(371.666)**	**(342.754)**
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**41.648**	**13.832**	**61.782**	**27.880**
IMPOSTO CORRENTE	8	-	-	-	(12.126)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	8	-	-	(20.134)	(1.922)
LUCRO DO EXERCÍCIO		**41.648**	**13.832**	**41.648**	**13.832**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO		0,04	0,01		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abranngente

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
LUCRO DO EXERCÍCIO	**41.648**	**13.832**	**41.648**	**13.832**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**41.648**	**13.832**	**41.648**	**13.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social subscrito e integralizado	Capital social Transações de capital entre sócios	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**955.950**	**(1.023.715)**	**197.077**	**(325.854)**	**(196.543)**
Lucro do exercício		-	-	-	13.832	13.832
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**955.950**	**(1.023.715)**	**197.077**	**(312.022)**	**(182.711)**
Lucro do exercício		-	-	-	41.648	41.648
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**955.950**	**(1.023.715)**	**197.077**	**(270.374)**	**(141.063)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do exercício		41.648	13.832	41.648	13.832
Ajustes:					
Depreciação e amortização	22	-	-	132.605	115.082
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		-	-	49	(403)
Provisão manutenção	17	-	-	13.880	26.309
Provisão para riscos		-	-	21.846	27.529
Juros com partes relacionadas	12	-	-	(51.486)	-
Apropriação do custo de emissão da debêntures	15	-	-	8.732	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	15	-	-	457.329	385.510
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		-	-	(19.165)	(13.480)
Juros sobre contratos de arrendamento	18	-	-	1.005	349
Impostos corrente	8	-	-	-	12.126
Impostos diferidos	8	-	-	20.134	1.922
Resultado equivalência patrimonial	11	(41.648)	(13.832)	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(7.010)	(5.062)
Estoques		-	-	6.612	(6.757)
Impostos a recuperar		-	-	(15.714)	(7.745)
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.004	618
Despesas antecipadas		-	-	163	(1.066)
Outros ativos		-	-	(1.300)	(462)
Fornecedores		-	-	(51.871)	(43.852)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	602	885
Credor pela concessão - outorga variável		-	-	467	189
Impostos, taxas e contribuições		-	-	4.474	1.081
IRPJ e CSLL pagos no exercicio		-	-	-	(11.116)
Provisão para riscos processuais		-	-	(26.787)	(16.907)
Adiantamento a clientes			-	175	-
Outras contas a pagar		-	-	1.663	(1.311)
Juros pagos debêntures	15	-	-	(102.781)	(99.076)
Juros dos contratos de arrendamento mercantil pago	18	-	-	(1.005)	(349)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**-**	**-**	**435.269**	**377.846**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(10.495)	6.243
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(4.338)	(4.087)
Aquisição de intangível	28	-	-	(884.365)	(258.596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**-**	**-**	**(899.198)**	**(256.440)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de debêntures, líquido do custo de captação		-	-	1.589.038	-
Debêntures a receber	12	-	-	(1.000.000)	-
Pagamento (captação) de debêntures, líquido do custo de captação	15	-	-	(3.729)	(3.580)
Aquisição (pagamento) de contratos de arrendamento mercantil	18	-	-	-	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	-	-	(5.124)	(2.982)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**-**	**-**	**580.185**	**(6.562)**
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**-**	**-**	**116.256**	**114.844**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1	411.869	297.025
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1	528.123	411.869
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**-**	**-**	**116.254**	**114.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

1. Contexto operacional

A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. ("IIP SA"), constituída em 22 de março de 2019, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

Essas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas ("Grupo").

O Grupo é controlado por NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - Fundo de Investimento em Participações e VINCI Highways do Brasil.

1.1 Relação de entidades controladas e controladas

		Participação acionária %	
	Participação	**2025**	**2024**
IIP II S.A. (a)	Controlada	100	100
ENTREVIAS (b)	Controlada indireta	100	100

a. Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. ("IIP II") (Controlada)

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. ("IIP II" ou "Companhia"), constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Essa "IIP II" tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., que, por sua vez, tem como única controladora a Califórnia Infraestrutura Holding S.A., que, por sua vez, tem como controladores o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC e a VINCI Highway do Brasil.

b. Entrevias Concessionária de Rodovias S.A ("Entrevias") (Controlada indireta)

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Entrevias assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.

- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínia e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível da Investida. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Investida tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R$985.752 para obras de ampliação, R$1.917.461 na restauração de rodovias, R$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio ("*Wi-Fi*") para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Entrevias ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo n° 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

Pleito de reequilíbrio por acréscimo de investimentos

O pleito de acréscimo de investimentos, formulado pela concessionária Entrevias, relativo às obras de Conservação Especial do Pavimento das Rodovias SP 322, SP 328 e SP 330 – tem em vista a degradação precoce de 302 segmentos homogêneos do pavimento, em relação ao que era previsto no contrato da extinta concessionária Vianorte S.A., em termos de Vida Útil Remanescente do Sistema, e por consequência, refletido no próprio Estudo de Viabilidade, EVTEA e POI.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

No dia 27 de dezembro de 2024, em deliberação do processo SEI! nº 134.00029248/2024-77, o Conselho Diretor da ARTESP recomendou o acréscimo de investimento e reconheceu seu efeito de desequilíbrio econômico-financeiro, em Valor Presente Líquido (VPL), a valores de março de 2016 e considerando a TIR contratual 9,83% a.a., de um montante de R$49.273 a ser reequilibrado em favor da Entrevias. Esse valor, atualizado para o 8º ano contratual e a preços de julho de 2024, equivale a R$156.722.

Nos termos do Despacho 0071147222, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo determinou a aplicação de medida cautelar de mitigação de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão nº0352/ARTESP/2017 (SEI 0051217654), nos termos do artigo 2º, inc. III, alíneas "f" e "e" da Resolução SPI19/2023, consistente em (i) acréscimo de R$0,10 (dez centavos) ao valor da tarifa de pedágio e (ii) pagamento de indenização no valor de R$60.000, base julho/2024.

O pagamento da indenização foi efetuado em 25 de junho de 2025. O montante estava reconhecido em infraestrutura em construção e a parte que seria recebida em caixa foi transferida para ativo financeiro e baixada após o recebimento. O saldo remanescente que ficou em infraestrutura em construção será transferido para ativo intangível e sua amortização será iniciada.

O acréscimo de R$0,10 ao valor da tarifa de pedágio foi aplicado juntamente com o reajuste tarifário anual, a partir de 06 de julho de 2025, com vigência até a recomposição do impacto econômico-financeiro já apurado do evento de desequilíbrio.

1.2 Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado em duas competências ("IVA dual"): Federal, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Subnacional, por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação complementar.

O período de transição ocorrerá de 2026 a 2032, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser avaliados com efetividade após a conclusão da regulamentação dos temas ainda pendentes por Lei Complementar.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas nesta data."

Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido da Controladora é negativo em R$279.999 (R$279.999 em 2024), no consolidado é negativo em R$46.138. Este impacto está diretamente relacionado ao saldo de contas a pagar com partes relacionadas decorrente da redução de capital no montante de R$280.000 a ser pago a sua única acionista, Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros, sendo não exigido pelos seus acionistas antes disso.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Controladora é negativo em R$141.063 (R$182.711 em 2024), no consolidado é negativo em R$141.063 (R$182.711 em 2024). Este impacto está diretamente relacionado à redução de capital no montante de R$280.000 a ser pago a sua única acionista, Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros, sendo não exigido pelos seus acionistas antes disso.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado em duas competências ("IVA dual"): Federal, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Subnacional, por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação complementar.

O período de transição ocorrerá de 2026 a 2032, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser avaliados com efetividade após a conclusão da regulamentação dos temas ainda pendentes por Lei Complementar.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas nesta data.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* – ("IASB")" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC").

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de maio de 2026.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 17;

(b) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 19;

(c) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 08 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, o Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 21.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 17.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeiras, salvo indicação ao contrário, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Grupo

(iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

a. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(i) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável "*impairment*". O custo histórico

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação
A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida
O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(v) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(vi) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(vii) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2025. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

(viii) Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ix) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

(x) Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xi) Debêntures a receber - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(xii) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

a. Custo amortizado
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros
Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Lucro básico e diluído por ação
O cálculo do lucro/prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(ii) Reconhecimento de receita

c. Receitas de serviços
As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

d. Receitas de construção
O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. O Grupo estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

e. Receitas e despesas financeiras
Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(i) Informação por segmento
Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

(ii) Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

***a. Benefícios* de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(iii) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(iv) Base de consolidação

f. ***Controladas***
O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

g. *Transações eliminadas na consolidação*
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

h. *Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras do Grupo e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº11. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.

- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.

- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

(v) Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

  Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

  O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

  O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

3 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2024**	**2024**	**2024**
Caixa	1	1	1.083	1.858
Bancos	-	-	1.173	1.554
Aplicações financeiras (i)	-	-	525.867	408.457
Total	**1**	**1**	**528.123**	**411.869**

(i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% a.a. em 31 de dezembro 2024).

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

4 Aplicações financeiras vinculadas

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 15).

	Consolidado	
	2025	**2024**
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	69.964	40.304
Total	**69.964**	**40.304**

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

5 Contas a receber

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Pedágio eletrônico a receber (*)	60.723	53.758
Receitas acessórias a receber	1.530	1.503
Total	**62.253**	**55.261**
A vencer	62.253	55.261
Vencidos	-	-
Total	**62.253**	**55.261**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

O Grupo avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

6 Estoque

	Consolidado	
	2025	**2024**
Material para Pavimentação	2.235	9.303
Elementos de Proteção e Segurança	3.986	1.881
Material de Sinalização	2.166	3.172
Outros	1.457	2.100
Total	**9.844**	**16.456**

7 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2025	**2024**
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF retido sobre aplicações financeiras	25.942	5.933
Antecipações do imposto de renda e contribuição social sobre estimativa	15	4.117
Outros	15	208
Total	**25.972**	**10.258**
Circulante	20	19
Não circulante	25.952	10.239

7.1 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado	
	2025	**2024**
COFINS a recolher	6.360	5.453
PIS a recolher	1.154	994
ISS a recolher	7.262	4.545
Outros impostos a recolher	2.327	1.637
Total	**17.103**	**12.629**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Resultado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	157.214	150.793	6.421	(5.240)
Provisão para manutenção	62.978	87.150	(24.173)	(3.899)
Provisão para riscos processuais	28.964	30.644	(1.680)	9.583
Outras diferenças temporárias	(351)	351	(702)	(2.366)
TOTAL	**248.804**	**268.938**	**(20.134)**	**(1.922)**

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2025	**Constituições reconhecidas contra o resultado**	**Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	150.793	6.421	157.214
Provisão para manutenção	87.150	(24.173)	62.978
Provisão para contingências	30.644	(1.680)	28.964
Outras diferenças temporárias	351	(702)	(351)
Total	**268.938**	**(20.134)**	**248.804**

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2024	**Constituições reconhecidas contra o resultado**	**Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	156.033	(5.240)	150.793
Provisão para manutenção	91.049	(3.899)	87.150
Provisão para contingências	21.061	9.583	30.644
Outras diferenças temporárias	2.717	(2.366)	351
Total	**270.860**	**(1.922)**	**268.938**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízo do exercício antes de IR e CSLL	41.648	13.832	61.872	27.880
Taxa Combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.160)	(4.703)	(21.006)	(9.479)
Equivalência Patrimonial	14.150	4.720		
Demais efeitos permanentes	10	(17)	872	(4.569)
Total	**14.160**	**4.703**	**(20.134)**	**(14.048)**
Impostos de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(12.126)
imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(20.134)	(1.922)
Total	**-**	**-**	**(20.134)**	**(14.048)**
Alíquota efetiva	-	-	33%	50%

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pelo Grupo, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados do Grupo. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual o Grupo está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que o Grupo atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios do Grupo e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pelo Grupo. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongaí, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2025 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

9 Imobilizado

Consolidado	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.711	1.170	6.526	7.907	230	8.472	338	2.801	29.156
Adições	28	19	100	3.863	-	-	1	327	4.338
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.739**	**1.189**	**6.626**	**11.770**	**230**	**8.472**	**339**	**3.128**	**33.493**
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(711)**	**(633)**	**(3.078)**	**(5.747)**	**(222)**	**(5.980)**	**(85)**	**(405)**	**(16.860)**
Adições	(121)	(121)	(662)	(1.236)	(8)	(1.069)	(25)	(110)	(3.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(832)**	**(754)**	**(3.740)**	**(6.983)**	**(230)**	**(7.049)**	**(110)**	**(515)**	**(20.213)**
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	537	3.448	2.160	8	2.492	253	2.396	12.296
Saldo em 31 de dezembro de 2025	907	435	2.886	4.787	0	1.423	229	2.613	13.280
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	20	4	4	

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Consolidado	**Instalações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Equipamentos de informática**	**Equipamentos de telefonia comercial**	**Caminhões**	**Outros**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Total**
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.165**	**1.169**	**5.522**	**7.480**	**230**	**6.319**	**283**	**2.410**	**25.069**
Adições	56	1	1.004	427	-	2.153	55	391	4.087
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.711**	**1.170**	**6.526**	**7.907**	**230**	**8.472**	**338**	**2.801**	**29.156**
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(590)**	**(515)**	**(2.450)**	**(4.586)**	**(214)**	**(4.254)**	**(62)**	**(320)**	**(12.990)**
Adições	(121)	(118)	(628)	(1.161)	(8)	(1.726)	(23)	(85)	(3.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(711)**	**(633)**	**(3.078)**	**(5.747)**	**(222)**	**(5.980)**	**(85)**	**(405)**	**(16.860)**
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.065	654	3.073	2.894	16	2.065	222	2.090	12.078
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	537	3.448	2.160	8	2.492	253	2.396	12.296
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

10 Intangível e infraestrutura em andamento

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	*Software*	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.475.022	1.376.512	12.093	12.691	2.876.318	72.410	310.938	383.348
Adições	115.110	-	4.654	17.325	137.089	-	868.503	868.503
Alienações/baixas	(52)	-	-	-	(52)	-	-	-
Transferências (*)	298	-	10	-	308	(63.290)	(308)	(63.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.590.378**	**1.376.512**	**16.757**	**30.016**	**3.013.663**	**9.120**	**1.179.133**	**1.188.253**
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(517.614)	-	-	-
Adições	(77.486)	(45.887)	(547)	(5.329)	(129.249)	-	-	-
Alienações/baixas	3	-	-	-	3	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(257.968)**	**(377.165)**	**(2.191)**	**(9.536)**	**(646.860)**	**-**	**-**	**-**
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.233	10.449	8.484	2.358.704	72.410	310.938	383.348
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.332.410	999.347	14.566	20.480	2.366.803	9.120	1.179.133	1.188.253
Taxas anuais de amortização - %								

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	*Software*	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	801.945	1.376.512	9.221	8.329	2.196.007	2.486	772.451	774.937
Adições	73.986	-	2.608	6.012	82.606	70.327	137.842	208.169
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	(403)	-	(403)
Remensuração	-	-	-	(1.650)	(1.650)	-	-	-
Transferências (*)	599.091	-	264	-	599.355	-	(599.355)	(599.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.475.022**	**1.376.512**	**12.093**	**12.691**	**2.876.318**	**72.410**	**310.938**	**383.348**
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(118.535)	(285.391)	(1.235)	(1.242)	(406.403)	-	-	-
Adições	(61.950)	(45.887)	(409)	(2.965)	(111.211)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(517.614)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	2.486	772.451	774.937
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.234	10.449	8.484	2.358.704	72.412	310.938	383.348
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

(a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.

(iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento do Grupo, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. O Grupo avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

(iv) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Análise de *impairment*

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo tinha como subsidiária integral a empresa Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. mediante um capital social de R$148.068.

a. Composição – (Controladora)

Investimentos em controlada direta – Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A..

	2025	2024
Capital social	148.068	148.068
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	(182.710)	(182.710)

b. Movimentação do investimento – (Controladora)

Investimentos em controlada direta – Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A.

	2025	2024
Saldo inicial	(182.711)	(196.542)
Resultado de equivalência patrimonial	41.648	13.832
Saldo final	**(141.064)**	**(182.711)**

c. Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas em 31 de dezembro de 2025 –(Controladora)

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Resultado de equivalência	Investimento
Infra II	174	139.613	139.787	280.851	-	280.851	(141.064)	-	(41.648)	(41.648)	(141.064)
	174	**139.613**	**139.787**	**280.851**	**-**	**280.851**	**(141.064)**	**-**	**(41.648)**	**(41.648)**	**(141.064)**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas em 31 de dezembro de 2024 – (Controladora)

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Resultado de equivalência	Investimento
Infra II	156	139.613	139.787	280.851	-	280.851	(141.064)	-	(41.648)	(41.648)	(141.064)
	156	**139.613**	**139.787**	**280.851**	**-**	**280.851**	(141.**064**)	**-**	**(41.648)**	**(41.648)**	**(141.064)**

12 Debêntures a receber

Em 01 de setembro de 2025, a Califórnia Infraestrutura Holding S.A. realizou a emissão de debêntures não conversíveis, mediante a celebração da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, que foi adquirida pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. O montante total da emissão das debêntures foi de R$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1% ao ano, com vencimento em 30 de junho de 2037.

Consolidado	Saldo em 01/09/2025	Juros	Saldo em 31//12/2025
Debêntures não conversíveis	1.000.000	51.486	1.051.486
Total	**1.000.000**	**51.486**	**1.051.486**

13 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	**2024**
Fornecedores de obras	81.639	38.765
Fornecedores operacionais	6.412	3.001
Fornecedores de tecnologia	2.598	1.712
Fornecedores provisão	3.463	3.901
Fornecedores diversos	36.474	3.429
Total	**130.586**	**50.808**

14 Credor pela concessão

	Consolidado	
	2025	**2024**
Taxa de fiscalização	2.359	1.892
Total (*)	**2.359**	**1.892**

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 1.2(a) a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

15 Debêntures – consolidado

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, o Grupo ("Emissora") realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de "*impairment*" de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pelo Grupo igual ou superior a R$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Em 10 de maio de 2023, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 ("Operação"). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Em 20 de outubro de 2025, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Acionistas Minoritários Indiretos alienaram ao NY FIP ("GIC") ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 45% (quarenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 ("Operação"). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada pela Entrevias a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 11% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2026.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 30 de junho de 2030, exceto o valor individual ou agregado de até R$20.000 (vinte milhões de reais) por ano, a ser atualizado pela variação do IPCA no período, conforme termos do "Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração" celebrados entre o Grupo e seus acionistas indiretos; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira, exceto a captação de recursos via 3º emissão de debêntures, conforme anuência prévia concedida em Assembleia Geral de Debenturistas em 17 de abril de 2025; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Conforme anuência prévia concedida pelos debenturistas em AGD de 17 de abril de 2025, os novos índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício do Grupo:

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

(a) para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029 (inclusive): EBITDA subtraído de Tributos e Variação de Capital de Giro e CAPEX, acrescido de Receitas Financeiras e Aporte de Capital e de Posição Realizada de Caixa/Amortização(ões) de Principal acrescido de Pagamento de Juros igual ou superior a 1,1x (um inteiro e um décimo de vezes); para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029: Relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a:

Exercício	**Relação**
2025	6.50x
2026	6.00x
2027	6.00x
2028	5.00x
2029	5.00x

3ª Emissão

Em 29 de agosto de 2025, foi realizada a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2036. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R$1.640.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,0389% ao ano, e os recursos foram destinados à aquisição das debêntures emitidas pela Califórnia Infraestrutura Holding S.A. no valor de R$1.000.000, e ao reforço da posição de caixa.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) se a Emissora realizar quaisquer pagamentos aos seus acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 de dezembro de 2029, exceto os pagamentos relativos a contratos de prestação de serviços no valor individual ou agregado de até R$20.000 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas por ano, sendo esse valor atualizado pela variação do IPCA no período, incluindo, sem limitação, no âmbito do "Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração"; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$70.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada ; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício do Grupo:

- Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2029 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,1x.

- Para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2030 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,1x.

- Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a:

(i) 2024: 6.50x
(ii) 2025: 6.50x
(iii) 2026: 6.00x
(iv) 2027: 6.00x
(v) 2028: 5.00x
(vi) 2029: 5.00x
(vii) 2030 em diante: 5.00x

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Principal (incluindo atualização monetária)	4.041.859	2.290.736
Remuneração (juros)	1.029.273	789.575
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Total	**4.994.882**	**3.046.293**
1ª Emissão de debentures (16)	2.038.076	1.798.395
2ª Emissão de debentures	1.334.602	1.281.916
3ª Emissão de debentures	1.698.454	-
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Circulante	162.072	678
Não circulante	4.832.810	3.045.615

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adição	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures	3.046.293	1.640.000	457.329	(50.962)	8.732	(3.729)	(102.781)	4.994.882

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2024:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	2.763.439	-	378.817	-	6.693	(3.580)	(99.076)	3.046.293

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento longo prazo		
2026	-	154.286
2027	159.490	241.939
2028 em diante	4.673.320	2.649.390
Total longo prazo	**4.832.810**	**3.045.615**

16 Partes relacionadas

Controlador e Controlador final

O Grupo tem como controladora direta NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC e a VINCI Highways do Brasil.

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores do Grupo para o exercício de 2025 em até R$8.000 (R$8.000 em 31 de dezembro de 2024), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R$4.882 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R$5.002).

Transações com partes relacionadas consolidado

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Ativo Circulante	
		2025	2024
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	-	(6)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A*	Compartilhamento de despesas	-	(9)
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	20	-
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	-	17
Total		**20**	**2**

Debêntures Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Não Circulante	
			31/12/2025	31/12/2024
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	Aquisição de debêntures	Controladora	1.051.486	-
Total			**1.051.486**	**-**

Contas a pagar:

Parte relacionada - Controlada	Transação	Relação	Passivo Circulante	
			2025	2024
Califórnia Infraestrutura Holding S.A	Redução de capital	Acionista	280.000	280.000

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	
			2025	**2024**
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	Compartilhamento de despesas		58	46
VINCI Highways do Brasil S. A (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.788	9.780
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.076	7.752
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas		-	(16)
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.*	Redução de capital		280.000	280.000
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas		611	34
Total			**291.533**	**297.596**

Debêntures Partes relacionadas – Acionista indireta	Passivo não circulante	
	2025	**2024**
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 15)	917.134	-
FCT Invest Infra International – Compaerment Vinci Highways- (nota explicativa n°15)	1.120.942	-
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações - (nota 15) *	-	809.278
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A - (nota 15)	-	989.117
Total	**2.038.076**	**1.798.395**

Resultado (controladora e consolidado)

	2025	**2024**
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A (b)	-	(9)
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)*	(294)	107
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)*	108	(58)
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)*	-	1
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)*	-	(7)
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A (c)	-	(114.522)
Pátria III – Fundo de Investimento em Participações – (nota 15)	-	(93.700)
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 15)	(107.856)	-
FCT Invest Infra Inter – Compaerment Vinci Highways- (nota explicativa n°14)	(131.825)	-
IBH I Serviços e Participações (b)*	(8.235)	6.874
IBH I Serviços e Participações (b)*	2.569	(1)
Total	**(245.533)**	**(201.315)**

(*) Apresentados nesta nota explicativa pois permaneceram como partes relacionadas até o dia 20/10/2025.

(a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico do Grupo.

(b) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

(c) Em 12 de fevereiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital de sua controlada Infraestrutura Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. em R$280.000, mediante a redução de 280.000 (duzentas e oitenta milhões) de ações ordinárias, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros.

(d) Em 13 de fevereiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital do Grupo em R$280.000, mediante a redução de 280.000 (duzentas e oitenta milhões) de ações ordinárias, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros.

(e) As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"), nas condições especificadas na nota explicativa nº 15.

Em 10 de maio de 2023, mediante fato relevante, foi comunicado o fechamento da operação do Contrato de Compra e Venda, por meio do qual os Controladores Indiretos alienaram à Vinci ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 ("Operação"), descrita na nota explicativa nº 15.

Em 20 de outubro de 2025, por meio de fato relevante, o Grupo comunicou o fechamento da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .A referida operação contemplou a alienação de 45% (quarenta e cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da Entrevias, detidas pelos Acionistas Minoritários Indiretos, em favor do GIC.

17 Provisões para manutenção

	Consolidado	
	2025	**2024**
Constituição da provisão para manutenção	233.592	305.830
Ajuste a valor presente	(49.392)	(50.535)
Total	**184.200**	**255.295**
Circulante	95.012	37.677
Não circulante	89.188	217.618

Descrição	**Saldo em 31 de dezembro 2024**	**Adição**	**Consumo**	**Saldo em 31 de dezembro 2025**
Provisão para manutenção	305.830	15.448	(87.686	233.592
Ajuste a valor presente	(50.535)	(1.568)	2.711	(49.392)
Total	**255.295**	**13.880**	**(84.975**	**184.200**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Descrição	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2024
Provisão para manutenção	314.676	28.870	(37.716	305.830
Ajuste a valor presente	(47.974)	(2.561)		(50.535)
Total	**266.702**	**26.309**	**(37.716**	**255.295**

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2025, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2027 e dezembro de 2028, conforme "*aging*" de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2027 a dezembro de 2027	65.279
De janeiro de 2028 a dezembro de 2028	23.909
	89.188

18 Passivo de arrendamento

a. Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	5.597	4.217
Adições	17.326	6.012
Remensuração	-	(1.650)
Juros provisionados	1.005	349
Pagamento de juros	(1.005)	(349)
Pagamento de principal	(5.124)	(2.982)
Total	**17.799**	**5.597**
Circulante	8.288	1.064
Não circulante	9.511	4.533

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, o Grupo obteve uma taxa média ponderada de 6,09% a.a.

19 Provisão para riscos processuais – consolidado

a. Provável

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

	2025	2024
Provisão para contingência - ação cível	16.330	14.878
Provisão para contingência - ação tributária	-	288
Provisão para contingência - ação trabalhista	2.034	4.040
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	41.154	45.253
Total	**59.518**	**64.459**

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2024	Constituição	Reversões	Pagamen	Atualização Monetária	2025
Cível	14.878	3.480	(1.880)	(2.771)	2.623	16.330
Tributária	288	-	(288)	-	-	-
Trabalhista	4.040	264	(2.060)	(283)	73	2.034
Regulatória	45.253	13.501	(3.868)	(23.733)	10.001	41.154
Total	**64.459**	**17.245**	**(8.096)**	**(26.787)**	**12.697**	**59.518**

b. Possível

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	Consolidado	
	2025	2024
Causas possíveis - ação cível	59.818	7.117
Causas possíveis - ação trabalhista	7.228	4.745
Causas possíveis - ação regulatória	97.091	90.779
Total	**164.204**	**102.641**

Ademais, o Grupo não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito é de R$955.950, representado por 955.950 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Acionista	**Ações**	**%**
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	955.950	100

b. Bônus de Subscrição

O Bônus de Subscrição garante ao Titular o direito de subscrever quantas ações ordinárias do Grupo forem necessárias para que a participação indireta do titular no Grupo operacional permaneça igual à participação indireta do titular na Grupo operacional imediatamente anterior à ocorrência dos seguintes eventos:

(i) Conversão, total ou parcial, das debêntures do Grupo Operacional.

(ii) Aumento de capital do Grupo subscrito pelo Pátria FIP e integralizado com créditos detidos pelo Pátria FIP contra a Infraestrutura II.

(iii) Aumento de capital do Grupo ou da Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. subscrito pelo Pátria FIP e integralizado por meio da capitalização do Saldo Devedor da Debêntures Subordinadas.

(iv) Aumento de capital do Grupo ou da Infraestrutura investimento e Participações II S.A. subscrito pelo Pátria FIP e integralizado por meio da capitalização das Debêntures Subordinadas.

- Preço de emissão: O Bônus de Subscrição é emitido em favor do Titular pelo preço de R$197.077.

- Preço de exercício: O preço total de emissão das Ações do Bônus de Subscrição emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição deverá ser de R$1,00 (“Preço de Exercício”).

- Prazo de exercício: O Bônus de Subscrição e este Certificado permanecerão vigentes até 30 (trinta) dias após o vencimento da Escritura de Debêntures do Grupo Operacional, e poderão ser exercidos pelo Titular, a seu exclusivo critério, imediatamente após a ocorrência de um Evento de Conversão (i), (ii), (iii) e (iv).

- Titularidade: em AGE realizada no dia 28 de janeiro de 2020, foi aprovada a cessão e transferência de titularidade da Entrevias Coinvestimento FIP para a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (única acionista do Grupo), de forma que a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. passou a ser a titular do bônus de subscrição emitido pelo Grupo, em 06 de março de 2018. A transferência ocorreu como pagamento pela emissão de novo bônus de subscrição pela acionista Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. à titular Entrevias Coinvestimento FIP.

Não há expectativa por parte da administração sobre a emissão de ações por meio do exercício do Bônus de Subscrição.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2025.

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

21 Receitas

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receita com arrecadação de pedágio	869.119	804.687
Receita acessória	2.400	2.783
Receitas com construção (a)	983.551	211.564
Outras	30	-
Receita bruta	**1.855.100**	**1.019.034**
Deduções de receita	(75.439)	(69.947)
Receita líquida	**1.779.661**	**949.087**

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. Foi reconhecida a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	**871.519**	**807.470**
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.171)	24.264
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.670)	5.257
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(43.598)	40.426
Deduções da receita	**(75.439)**	**69.947**

22 Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	2025	**2024**
Custo de construção de obra (*)	(983.551)	(211.564)
Provisão para manutenção	(13.880)	(25.532)
Depreciações e amortizações	(132.605)	(115.082)
Pessoal	(53.687)	(53.114)
Serviços de terceiros (**)	(72.740)	(72.105)
Poder concedente	(26.033)	(24.036)
Conservação e manutenção	(22.689)	(25.899)
Provisão para contingências	(19.108)	(29.554)
Locações de imóveis e máquinas	(6.752)	(3.600)
Seguros	(3.647)	(3.829)
Outras receitas e despesas operacionais	(11.521)	(14.141)
Total	**(1.346.213)**	**(578.455)**
Custo dos serviços prestados	(1.289.935)	(501.081)
Despesas administrativas	(56.412)	(74.910)
Outras despesas	(2.486)	(2.945)
Outras receitas	2.620	481
Total	**(1.346.213)**	**(578.455)**

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

(*) Considera adições, baixas e transferências dos itens de Intangível em Rodovias (i) e Intangível em Andamento (iv) da nota explicativa 10.

(**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	75.831	47.710
Juros com partes relacionadas	51.486	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	433	171
Outros	522	220
Total	**128.272**	**48.101**
Despesas financeiras:		
uros e variação monetária sobre debêntures 1ª emissão	(239.681)	(219.731)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(159.195)	(159.086)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(58.382)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(17.723)	(7.062)
Juros de arrendamento	(1.006)	(350)
AVP - Provisão de Manutenção	(2.711)	(776)
Outras	(21.240)	(3.850)
Total	**(499.938)**	**(390.855)**
Resultado financeiro, líquido	(371.666)	(342.754)

24 Lucro por ação

a. Lucro básico diluído por ação

O Lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do luro/prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	2025	**2024**
Lucro referente aos doze meses atribuível aos proprietários do Grupo e utilizado na apuração do lucro básico/diluído por ação	41.648	13.832
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico/diluído por ação	955.950	955.950

	2025	**2024**
Lucro básico diluído por ação das operações continuadas	0,04	0,01

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

a. Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b. Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

		2025	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	528.123	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	69.964	-
Contas a receber	Custo amortizado	62.253	-
Debêntures a receber	Custo amortizado	1.051.486	-
Outros ativos	Custo amortizado	7.043	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	130.586	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	4.994.882	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	17.799	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	291.533	-
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	2.359	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.854	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	11.533	-

		2024	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	411.869	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	40.304	-
Contas a receber	Custo amortizado	55.261	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	-
Outros ativos	Custo amortizado	5.744	-
Passivos			-
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	50.808	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	3.046.2293	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	5.597	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	1.892	-
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	297.596	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	191	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	15.367	-

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo no consolidado apresenta valores a receber de R$62.253 (R$53.758 em 31 de dezembro de 2024), sendo 98% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	31/12/2025	2026	2027 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	2.038.076	6.405.034	-	-	6.405.034
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.334.602	2.073.640	-	162.072	1.911.568
3ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.698.454	4.219.921	-	-	4.219.921
Fornecedores		130.582	130.582	130.582	-	-
Passivo de arrendamento		17.799	17.799	8.288	9.511	-
Credor pela concessão		2.359	2.359	2.359		-
Contas a pagar com partes relacionadas		11.533	11.533	11.533	-	-
Outras contas a pagar		1.854	1.854	1.854	-	-
Total		**5.235.258**	**12.862.722**	**154.616**	**171.583**	**12.536.523**

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	31/12/2024	2025	2026 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.798.395	3.340.992	-	-	3.340.992
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.281.916	2.165.042	-	678	2.164.364
Fornecedores		53.037	53.037	53.037	-	-
Passivo de arrendamento		1.064	5.597	1.064	4.533	-
Credor pela concessão		1.892	1.892	1.892	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		15.367	15.367	15.367	-	-
Outras contas a pagar		191	191	191	-	-
Total		**3.151.862**	**5.582.118**	**71.551**	**5.211**	**5.505.356**

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

e. Análise de sensibilidade

O Grupo apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2025
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,32%

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	**Cenário provável 31.12.2024**
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,00%

Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

	Exposição em 31/12/2025	**Risco**	**Cenário provável**	
			%	**Valor**
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	528.123	CDI	15%	79.218
Aplicações financeiras vinculadas	69.964	CDI	15%	10.495
Debêntures (*)	(5.082.641)	IPCA	4,32%	(219.570)
Total	**(4.484.715)**			**(129.857)**

(*) Neste quadro, o valor da 1ª emissão de debêntures é apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção sobre debêntures e a 2ª emissão inclui os custos de transação a amortizar

Instrumentos	**Exposição em 31/12/2024**	**Risco**	**Cenário provável**	
			%	**Valor**
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	411.869	CDI	15%	61.760
Aplicações financeiras vinculadas	40.304	CDI	15%	6.046
Debêntures (*)	(3.091.820)	IPCA	4,83%	(149.335)
Total	(2.639.647)			(81.509)

26 Seguros e garantias

A Grupo tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratarem e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Grupo está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Responsabilidade civil obras	40.000	Até maio de 2026
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2026
Veículos – frota	13.333	Até julho de 2026

Docusign Envelope ID: E3CDA475-B3D0-815B-8342-4B7AE62119B5

D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.171.281	Até julho de 2026
Seguro garantia	537.142	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	397	Até dezembro de 2029
Seguro Garantia Judicial	161.036	Até julho de 2030
Seguro Patrimonial - Sede	13.000	Até junho de 2027
Seguro Patrimonial – Galpões	21.500	Até dezembro de 2025

27 Informações por segmento de negócio

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28 Transações que não afetam o caixa

	2025	**2024**
Efeito não caixa intangível	942.302	290.776
Direito de uso - IFRS 16 / CPC 06	(17.325)	(6.012)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(40.612)	(26.168)
	884.365	**258.596**

***

Pablo Gustavo Pascutinni
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Letícia de Carvalho Barbosa
Contadora CRC SP - 320110/O-1